

“Jornada da Transformação no Setor de Seguros” – esse foi o tema do 13º Insurance Service Meeting e do 4º Encontro de Inteligência de Mercado, promovidos pela CNseg, em 6 e 7 de novembro, em São Paulo.

Página 14



Instituto Justiça e Cidadania e Superior Tribunal de Justiça realizaram o evento, com apoio da CNseg..... Página 15

2º SEMINÁRIO JURÍDICO DE SEGUROS

O blog de Fausto Macedo publicou o artigo do presidente da CNseg, falando da importância do seguro para a sociedade Página 17



Calendário 2020: Diversidade e Inclusão no Setor de seguros Página 16



Começaram os preparativos para o 8º Colóquio de Proteção do Consumidor de Seguros, em 2020 Página 18



COLÓQUIO DE PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR DE SEGUROS

Conselho Diretor CNseg

A reunião do Conselho Diretor da Confederação Nacional das Seguradoras, presidida por Marcio Sêroa de Araujo Coriolano, no dia 21, tratou dos seguintes assuntos, entre outros:

Notícias do Presidente

■ **Conselho Consultivo:** relatadas a instalação formal da nova composição de o Conselho Consultivo (mandato 2019/2022). Foi registrada a possibilidade do Conselho contribuir com o Conselho Diretor opinando sobre temas prioritários, inclusive divulgando esclarecimentos junto às entidades de que participem.

■ **Ambiente regulatório:** atualizadas as informações a respeito das Medidas Provisórias nº 904 (extinção do DPVAT) e nº 905 (desregulamentação do corretor de seguros), publicadas em 12/11/2019. A parte referente ao DPVAT contou com a participação do presidente do Conselho de Administração da Seguradora Líder, Wilson Toneto.

■ **Iniciativa do Mercado de Capitais – IMK:** o diretor técnico e de estudos Alexandre Leal atualizou os presentes sobre os trabalhos do IMK do Ministério da Economia, que conta com representantes do setor público e privado. Ele também informou que a Secretaria de Política Econômica - SPE recebeu 86 sugestões de temas a serem tratados no IMK.

■ **PLC nº 29/2017 – Lei Geral do Seguro:** contextualizadas, dentre outras, as ações realizadas pela CNseg desde a propositura do PL nº 3555/2004 na Câmara dos Deputados até o texto atual no Senado Federal.

■ **Consulta Pública Susep nº 12/2019 - Contratação Direta de Resseguro:** aprovado o posicionamento contrário da CNseg e de suas Federações associadas à contratação direta de resseguro pelas entidades de previdência privada e operadoras de planos de saúde. O entendimento do mercado segurador é no sentido de que a cedente de resseguro deverá ser, necessariamente, uma sociedade seguradora.

Notícias das Federações



O presidente da Federação, João Alceu, apresentou, dentre outros assuntos, os resultados do 5º Fórum FenaSaúde, realizado em 24 de outubro, e as estatísticas do setor até setembro de 2019.



O presidente Jorge Pohlmann Nasser compartilhou, dentre outros, as estatísticas dos planos de acumulação e dos planos de risco referentes ao período de janeiro a setembro de 2019.



O presidente da FenSeg, Antonio Trindade, relatou a preocupação com a Medida Provisória nº 904, que extinguiu o Seguro DPVAT; ele também, apresentou as estatísticas dos seguros de danos referentes ao período de janeiro a setembro de 2019.



O diretor-executivo da Federação, Carlos Alberto dos Santos Correa, representando o presidente da FenaCap, informou, dentre outros assuntos, as estatísticas da capitalização no período de janeiro a setembro de 2019.

Representação Institucional:

aprovada a representação da CNseg nas seguintes entidades: i) Comitê de Avaliação e Seleção do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados: Marcio Sêroa de Araujo Coriolano (titular) e Miriam Mara Miranda (suplente); ii) Câmara Temática de Crédito, Seguro e Comercialização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Danilo Silveira (titular) e Joel Gomes da Silva Júnior (suplente); iii)

Comitê Patrimonial e de Gestão de Investimentos da Escola de Negócios e Seguros: Izak Benaderet (Porto Seguro) e Marcelo Pimentel Mello (Sul América), ambos titulares; e iv) Comitê Acadêmico e Institucional da Escola de Negócios e Seguros: Solange Beatriz Palheiro Mendes e Alexandre Leal, ambos titulares.

FIDES 2021:

aprovada a constituição e a seguinte composição da Comissão Organizadora e dos Comitês para auxiliar na realização da Conferência Hemisférica da FIDES 2021: i) Comissão Organizadora: Gabriel Portella (Sul América), Nilton Molina (Mongeral Aegon), Jorge Nasser (Bradesco), Edson Franco (Zurich Minas Brasil), Miguel Gómez Bermudez (Mapfre); ii) Comitê de Conteúdo: Leonardo Deeke (Junto Seguros); iii) Comitê de Atividades

Sociais: Antonio Trindade (Chubb Seguros) e João Alceu (NotreDame); e iv) Comitê Financeiro: Carlos Guerra (Prudential do Brasil).

Seminário de Comunicação e Marketing da CNseg:

noticiada a realização no dia 12 de dezembro de 2019, das 8h às 13h30, no Centro de Convenções SulAmérica – RJ, do 1º Seminário de Comunicação e Marketing da CNseg. O evento tem como objetivo analisar e identificar as principais oportunidades e desafios da comunicação e do marketing do mercado segurador (seguros gerais, previdência privada e vida, saúde suplementar e capitalização) e terá como público-alvo os participantes da Comissão de Comunicação e Marketing da CNseg e suas respectivas equipes.

Comissões Temáticas

Governança e Compliance

Presidente: Simone Negrão (Mapfre Seguros Gerais)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 12/11

Assuntos tratados:

- > Cláusula de embargos e sanções – Carta Circular Susep 06/19: relato sobre tratativas a respeito da cláusula particular dispendo sobre violação de leis ou normas de embargos ou sanções econômicas ou comerciais;
- > GT para interpretação e aplicação da Lei 13.709 (LGPD) – Superintendência Jurídica da CNseg;
- > Consulta Pública Susep nº 09, 10 e 11/19 – Sandbox regulatório – benchmark do mercado;
- > Atualização sobre os Grupos de Trabalho Permanentes instituídos no âmbito da Comissão:
 - GT Governança Corporativa – coordenadora: Thaís Andrade;
 - GT PLDFT – coordenadora: Raquel Gonçalves – estudo de risco;
 - GT Compliance – coordenadora: Cassia Monteiro;
 - GT Auditoria Interna – coordenador: Vagner Leite – aprovação de parecer técnico;
- > Outros assuntos.

Resseguro

Presidente: Nilton Rafael Haiter (Tokio Marine)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 21/11

Assuntos tratados:

- > Embargos e Sanções: atualização;
- > Consulta Pública Susep 12/19, que altera a Resolução CNSP nº 168/07 (dispõe sobre a atividade de resseguro, retrocessão e sua intermediação e dá outras providências): posicionamento FenaPrevi e FenaSaúde;
- > GT Template Padrão: proposta Fenaber para utilização de template padrão, entre seguradoras e resseguradoras, com o objetivo de uniformizar as informações prestadas pelas cedentes;
- > Relato do GT para interpretação e aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados: Superintendência Jurídica da CNseg;
- > Atualização de assuntos da FenSeg;
- > Encontro de Resseguro 2020;
- > Mapa estratégico;
- > Outros assuntos.

Atuarial

Presidente: Marcos Spiguel (Prudential do Brasil)

Videoconferência: RJ/SP/DF

Data: 22/11

Assuntos tratados:

- > Ativos Redutores: aprovação do documento "Utilização de parcelas não vencidas na base de cálculo do Direito Creditório" a ser apresentado à Susep;
- > Notas Explicativas de Salvados: relato da reunião do CPA de Salvados e Ressarcimentos do IBA no qual o assunto foi pautado em 13/11/19;
- > IFRS 17 e Balanço de Solvência: relato dos últimos acontecimentos;
- > Medida Provisória nº 905/19: verificação dos reflexos da MP nas regulamentações Susep e atividade da Auditoria Atuarial.

Investimentos

Presidente: Roberto Takatsu (HDI Seguros)

Videoconferência: RJ/SP/DF

Data: 26/11

Assunto tratado:

- > Alterações nas minutas de Resolução CNSP 321 e CMN 4.444, que serão encaminhadas à Susep na próxima semana.

Inteligência de Mercado

Presidente: Alex Korner

(Santander Capitalização S/A)

Videoconferência: RJ/SP/DF

Data: 26/11

Assuntos tratados:

- > Avisos gerais;
- > Apresentação dos Grupos de Trabalho 2019 - GT PME;
- > Apresentação da Mongeral Aegon (Cátia Tarrabal).

Assuntos Fiscais

Presidente: Patrícia Rocha Silva (Porto Seguro)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 27/11

Assuntos tratados:

- > Seguro Rural – isenção fiscal: atualização da discussão;
- > NFTS – Tomador de Simples Nacional em São Paulo - Despesa extra;
- > IOF Seguro Garantia / Seguro de Quebra;
- > Debate sobre proposta de Reforma Tributária do Governo;
- > Receita financeira; atualização sobre discussão em relação à ação da Chubb;
- > JCP – Base e forma de cálculo da alíquota.

Gestão de Risco

Presidente: Laurindo Lourenço dos Anjos

(Itaú Vida e Previdência)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 28/11

Assuntos tratados:

- > Carta Circular Eletrônica nº 5/19/Susep/DIR2: esclarecimentos acerca de cláusula particular dispondo sobre violação de leis ou normas de embargos ou sanções econômicas ou comerciais: relato Superintendência Jurídica da CNseg;
- > Relato do GT para interpretação e aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados: Superintendência Jurídica da CNseg;
- > Benchmark sobre Desregulamentação de Corretores – MP 905/19: relato Sompó;
- > Benchmark sobre Sandbox (CP 09, 10 e 11/19): relato Sompó;
- > Relatório exigido na Circular Susep 590/19 (art. 108 E) - relato AIG:

"§ 1º-A. O Gestor de Riscos estará desobrigado de realizar a atribuição prevista no inciso II do caput, no que tange aos processos utilizados para gestão de riscos, caso a supervisionada possua uma unidade específica, não subordinada a ele, responsável pela avaliação de seus controles internos, devendo tal unidade elaborar relatório análogo ao descrito no § 4º especificamente sobre esta atividade."

 - O primeiro relatório deve ser feito ao final desse ano, apesar da norma entrar em vigor em janeiro?
 - O relatório deve incluir os temas da auditoria interna? Seria importante ter ideia de como os representantes pretendem estruturar o documento.
- > Benchmark sobre o artigo 108R da Circular Susep 590/19, entendimento de como o mercado está prevendo o atendimento do referido artigo. Debater sobre o cronograma de treinamentos

sobre estrutura de gestão de riscos, avaliando se o mesmo deve ser direcionado a funcionários e corpo executivo, ou deverá ser prevista a participação dos Conselheiros: relato HDI:

"Art. 108-R. A supervisionada deverá estruturar um cronograma de treinamentos relativos à Estrutura de Gestão de Riscos, particularmente para funcionários em posição de alta responsabilidade ou ligados a atividades de alto risco."

- > Outros assuntos.

Seguros Inclusivos

Presidente: Eugênio Velasques

(Bradesco Vida e Previdência)

(Itaú Vida e Previdência)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 28/11

Assunto tratado:

- > Sugestões consolidadas do mercado para o aprimoramento do marco regulatório do microsseguro.

Administração e Finanças / Atuarial (reunião conjunta)

Presidente: Laenio Pereira dos Santos (SulAmérica)

Marcos Spiguel (Prudential do Brasil)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 28/11

Assuntos tratados:

- > Relato sobre discussão relacionada a IFRS 17 x Solvência II;
- > Proposta de discussão sobre Ativos Garantidores x Mais Valia Títulos Held;
- > Outros assuntos.

Sustentabilidade e Inovação

Presidente: Fátima Lima (Mapfre Seguros Gerais)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 29/11

Assunto tratado:

- > Relato da reunião com a Susep, em 19/11, sobre Sustentabilidade;
- > Apresentação da empresa de soluções em sustentabilidade WayCarbon;
- > Apresentação da estratégia ASG de sustentabilidade da Liberty Seguros;
- > Balanço das ações promovidas pela Comissão em 2019;

- > Relato da Mesa-Redonda da UNEP-FI de Sustentabilidade em Seguros e debate sobre a estratégia de sustentabilidade da Comissão, incluindo parceria com a S&P;
- > GT2 Relatório de Sustentabilidade: relato de reunião de aprendizado e coordenação do Relatório de Sustentabilidade do Setor de Seguros e apresentação do cronograma;
- > Apresentação do calendário de reuniões para 2020;
- > Outros assuntos.

Relações de Consumo

Presidente: Aura Rebelo (Prudential do Brasil)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 21/11

Assunto tratado:

- > Apresentação Reputation Institute;
- > Colóquios de Proteção do Consumidor de Seguros: relato da reunião preparatória de 12/11 em Salvador/BA com dirigentes dos Procons da Bahia, Paraíba e Pernambuco;
- > Monitoramento de demandas Procon;
- > Pesquisas referentes ao 7º Colóquio: resultados das pesquisas sobre CIP Eletrônica, Consumidor.gov, pagamento de indenização, acesso ao SAC e à Ouvidoria e mudança de representação junto ao Procon;
- > Termo de Cooperação com o Procon/SP;
- > GT Análise PL 3.515/18: relato da reunião realizada em 05/11;
- > Proposta Decreto SAC;
- > Apresentação de projetos de lei referentes a Direito do Consumidor: PL (RJ) nº 875/15, que constitui venda casada para fins de aplicação do Código de Defesa do Consumidor e dá outras providências;
- > Conhecimento: PL (RJ) nº 1314/12, que torna obrigatória a disponibilização imediata da opção de atendimento direto por preposto das fornecedoras de produtos ou serviços com teleatendimento eletrônico, no Estado do Rio de Janeiro;
- > Verificação de danos ou riscos do PL ao modelo operacional das seguradoras: PL 4621/19, que veda ao fornecedor promover a oferta de produto ou serviço, por ligação telefônica ou por mensagem eletrônica, de voz, texto ou vídeo, ao consumidor que esteja inscrito em cadastro de bloqueio de oferta;
- > Verificação de danos ou riscos do PL ao modelo operacional das seguradoras: Superintendência Jurídica da CNseg.

Diretoria FenSeg

A reunião da Diretoria da Federação Nacional de Seguros Gerais, presidida por Antonio Trindade, no dia 7, tratou dos seguintes assuntos, entre outros:

Notícias do Presidente

■ **Sandbox – Consultas Públicas nºs 09, 10 e 11/19:** dada ciência aos diretores dos principais pontos encaminhados à Susep com o intuito de colaborar com o aperfeiçoamento dos normativos.

■ **Seguro Obrigatório DPVAT:** comentada a declaração da superintendente da Susep, que sinalizou que a ideia da autarquia é a extinção desse seguro, nos moldes em que hoje é comercializado, não fornecendo mais detalhes de como se dará todo o processo de sua revogação.

■ **Ranking de reclamações na Susep:** informado que a Susep publicará o ranking de reclamações dos consumidores, entendendo que isso gerará uma atenção maior do mercado segurador.

Pauta Deliberativa

■ **Aprovação do orçamento para 2020:** aprovado, por unanimidade, o orçamento da FenSeg para 2020.

■ **Composição das Comissões Temáticas da CNseg:** aprovados os nomes de Sergio Amaral Pimentel (Tokio Marine) para a Comissão de Investimentos; Rosilene da Silva Nugnezi (Brasilseg) para a Comissão de Assuntos Fiscais e Mirela Barbosa Pontes (Liberty) para a Comissão Atuarial.

Pauta Informativa

■ **Arbitragem:** divulgado material mais amplo sobre o tema, como meio de solução de conflitos, aplicável, principalmente, aos Grandes Riscos.

■ **Cláusula de embargos e sanções:** divulgadas as propostas encaminhadas à Susep para alteração da redação dos itens 4.3, 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7 da Carta Circular Eletrônica nº 6/2019/SUSEP/DIR2/CGCOM, para ciência da Diretoria.

■ **Resultado IQEM:** apresentados os resultados do Índice de Qualidade de Exposição da Mídia da FenSeg. O bom desempenho se deve à participação atuante da Federação na CONSEGURO e aos debates em torno dos Seguros Intermitentes.

■ **Circular Susep nº 587/19 (Fiança Locatícia):** divulgado o Ofício FenSeg que fundamenta e solicita dilação do prazo dos efeitos da referida Circular, para que passe a vigorar a partir de 10 de março de 2020, ou seja, após 270 (duzentos e setenta) dias da data de sua publicação.

■ **Evento:** informada a realização, pela FenSeg, do "Workshop sobre "Silent Cyber – Riscos Cibernéticos não Afirmativos em Seguros de Property e Marine Offshore", em 24/10, no Auditório da Escola de Negócios e Seguros, em São Paulo.

■ **Demonstrações financeiras (orçado e realizado):** distribuídos aos diretores os relatórios das demonstrações financeiras de setembro de 2019.

■ **Estatísticas Susep:** apresentadas as estatísticas a de setembro de 2019. O caderno completo de estatísticas ficará disponibilizado no fórum da FenSeg.

Comissões

Seguros Gerais Afinidades

Presidente: Luis Henrique Meirelles Reis
(Zurich Minas Brasil)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 01/11

Assuntos tratados:

- > Manual de Boas Práticas do Varejo;
- > Simplificação do Bilhete de Roubo e Furto;
- > PLS 175/15 – autoria do senador Rodrigo Cunha;
- > PL 1750/19 e 90/12;
- > Roubo e furto de celulares – revisão;
- > Revisão da composição da Comissão – regimento.

Riscos Patrimoniais Massificados

Presidente: Jarbas de Medeiros Baciano
(Porto Seguro)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 05/11

Assuntos tratados:

- > RNS – Patrimoniais – análise dos relatórios e exposição sobre a governança;
- > IP – Residencial – comentários;
- > Planejamento para 2020;
- > Assuntos gerais.

Riscos Patrimoniais – Grandes Riscos

Presidente: Thisiani Gisele Matsumura Martins
(XL Seguros)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 06/11

Assuntos tratados:

- > Comentários da presidente sobre o evento de “Silent Cyber”;

- > Embargos e Sanções – atualização das informações;
- > Revisão do Plano de Ação e da composição da comissão;
- > Assuntos gerais.

Prevenção e Combate à Fraude

Presidente: Anderson Mendonça (SulAmérica)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 07/11

Assuntos tratados:

- > Relatos das Subcomissões: Assistência 24h, Transporte, Patrimonial e Automóvel e do GT SQQF;
- > Assuntos Jurídicos;
- > Assuntos da GPCF – Gerência de Prevenção e Combate à Fraude;
- > Assuntos gerais.

Assuntos Jurídicos

Presidente: Sylvania Rocha (SulAmérica)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 08/11

Assuntos tratados:

- > Ressarcimento Transporte Rodoviário – Direito de Sub-Rogação;
- > STJ – Decisão Negativa de Cobertura – Vício de Construção – Caixa Seguradora: Recurso Especial nº 1.622.608 - RS (2016/0227063-2);
- > Ofício Susep 97 – Isenção de IPI – Extensivo para ICMS;
- > Representatividade dos integrantes da Comissão nas Comissões Técnicas da FenSeg;
- > Assuntos gerais.

Transportes

Presidente: Paulo Robson Alves (AXA XL)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 19/11

Assuntos tratados:

- > Cláusula de Embargos e Sanções: realizada apresentação acerca do disposto na Carta Circular Eletrônica Susep/DIR 2 nº 05/19, que ressalta os principais pontos a serem observados nas cláusulas de embargos e sanções a serem submetidas à Susep pelas Seguradoras. Foi agendada reunião específica para elaboração da citada cláusula, cujo texto poderá servir de base para os estudos internos das seguradoras;
- > PLC 075/18 (marco regulatório do Transporte Rodoviário de Cargas): relatado, pelas representantes da Superintendência Jurídica da CNSeg, que não foram acatados os principais pleitos do mercado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. A FenSeg e a CNseg, em conjunto com a Susep, continuarão a defender os seus pontos nas próximas Comissões do Senado, a saber: Constituição e Justiça e Infraestrutura;
- > Riscos Cibernéticos: comentado recente evento da FenSeg, no qual foi discutida a questão dos riscos cibernéticos que podem ser danosos às operações dos segurados e que, por serem ainda novos/desconhecidos, muitas vezes não estão excluídos nas apólices atuais. É muito importante a atualização dos clausulados já que as seguradoras se encontram vulneráveis a possíveis decisões judiciais;
- > Evento da Asociación Latinoamericana de Suscriptores Marítimos (ALSUM): o presidente da Comissão falou sobre o evento realizado no Equador, sobre Avarias Particulares e informou que no site da entidade se encontra material sobre o assunto;
- > Cenário novo: dada ciência aos membros sobre as últimas Medidas Provisórias que extinguem o seguro DPVAT e DPEM (MP 904) e desregulamenta a profissão do corretor de seguros (MP 905).

Seguro Rural

Presidente: Joaquim Neto (Tokio Marine)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 21/11

Assuntos tratados:

- > Participação de Paulo Muller, representantes da Susep;
- > Subvenção Federal;
- > Subvenção Estadual: Paraná e São Paulo;
- > Relatos dos Grupos de Trabalho:
 - GT Equipamentos e Penhor Rural;
 - GT Assuntos Susep;
 - GT RNS Rural;
 - GT Peritos;
- > Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR);
- > Evento ANSP: Agronegócio e Seguro, em 26/11, no auditório do Sindseg/SP;
- > Assuntos gerais.

Riscos de Crédito e Garantia

Presidente: Roque Junior de Holanda Melo (Junto Seguros)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 22/11

Assuntos tratados:

- > ANP: clausulado a ser usado nas apólices de seguro garantia para os programas de descomissionamento;
- > Reunião Susep sobre Circular 577/18 e prazo de apólices de seguro garantia;
- > BNDES: seguro de crédito;
- > Manual de Boas Práticas e Cartilha;
- > Ofício FenSeg 35/19: Ministério da Economia;
- > Assuntos tratados em 2019 e assuntos para 2020;
- > Assuntos gerais.

Seguro Habitacional

Presidente: Lincoln Peixoto da Silva
(Caixa Seguradora)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 25/11

Assuntos tratados:

- > Contratação e apresentação do consultor Armando Petrillo Grasso;
- > 3º Seminário do Seguro Habitacional: realinhamento final;
- > Discussão inicial do plano de ação para 2020;
- > Assuntos gerais.

Estratégica de Seguros Corporativos

Presidente: Luiz Felipe Smith de Vasconcellos
(Tokio Marine)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 26/11

Assuntos tratados:

- > Cosseguro: continuidade;
- > GT Clausulado (Thisiani);
- > Nichos diferenciados: continuidade dos estudos;
- > Embargos e Sanções – Carta Circular Eletrônica nº 5/2019/Susep/DIR2;
- > Carta Circular Eletrônica Susep 3/19: autorregulação de corretores de seguros;

- > Texto da cláusula de honorários de peritos;
- > Comentários do presidente da Comissão sobre os estudos do PL 29/17;
- > Assuntos gerais.

Riscos de Engenharia

Presidente: Fábio Silva (Zurich Minas Brasil)

Presencial: SP

Data: 26/11

Assuntos tratados:

- > Apresentação e ajuste dos trabalhos pelos diversos grupos;
- > Apresentação de novos temas para desenvolvimento em 2020;
- > Assuntos gerais.

Automóvel

Presidente: Eduardo Dal Ri (Sul América)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 27/11

Assuntos tratados:

- > Ações do Mercado Segurador;
- > Gestão da GPCF – Gerência de Prevenção e Combate à Fraude;
- > Assuntos gerais.

Diretoria FenaPrevi

A reunião da Diretoria da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida, presidida por Jorge Pohlmann Nasser, no dia 19, tratou dos seguintes assuntos, entre outros:

Realização do Planejamento Estratégico;

Proposta orçamentária e do valor das contribuições ordinárias para o exercício social de 2020;

Encontro de Líderes do Mercado Segurador 2020;

Agendamento, para 27/11, do julgamento, pelo STJ, das REsps nºs 1.663.130/RS e 1.656.161/RS, que tratam da aplicabilidade da TR nos contratos de previdência já comercializados;

Boas-vindas ao novo diretor-executivo da Federação, Carlos de Paula.

Assembleia Geral Ordinária

Em 27/11, a FenaPrevi realizou Assembleia Geral Ordinária para aprovação da previsão orçamentária para o exercício social de 2020, bem como do cálculo dos valores das contribuições ordinárias a serem cobradas das associadas efetivas em 2020. Também foram referendados os nomes de Marcelo Malanga (Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S/A) e David Legher Aguiar (Prudential do Brasil Seguros de Vida S/A) para complementação de mandato, em decorrência de vacância de cargos de diretor.

Comissões

Atuarial

Presidente: Celina da Costa e Silva (Brasilprev)

Videoconferência: RJ/SP/RS

Data: 18/11

Assuntos tratados:

- > Tábua biométrica BR-EMS 2020: apresentação da UFRJ;
- > ETTJ IGPM.

Gestora do SIDE

Presidente: Reginaldo Herreira Ferraz (Bradesco Vida e Previdência)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 19/11

Assuntos tratados:

- > Discussão sobre instabilidades e performance do sistema;
- > Reporte sobre alterações na estrutura SUPEN;
- > Deliberação sobre melhorias no módulo de PJ do SIDE;
- > Definição do calendário de reunião para o ano de 2020.

Produtos de Risco

Presidente: Ana Flávia Ferraz (Bradesco)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 25/11

Assuntos tratados:

- > Balanço dos trabalhos da Comissão em 2019;
- > Planejamento para 2020;
- > Apresentação do RNS Pessoas.

Investimentos (reunião conjunta com a Comissão de Investimentos da CNseg)

Presidente: Marcelo Otávio Wagner (BrasilPrev)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 26/11

Assuntos tratados:

- > Relato da reunião sobre Iniciativa Mercado de Capitais/Ministério da Economia;
- > Alterações nas Resoluções CNSP 321/15 e CMN 4.444/15.

Assuntos Contábeis e Fiscais

Presidente: Ivandro de Almeida Oliveira (Sul América)

Videoconferência: RJ/SP/DF/PR

Data: 28/11

Assunto tratado:

- > Reunião conjunta com a Comissão de Administração e Finanças da CNseg

Diretoria FenaCap

A reunião da Diretoria da Federação Nacional de Capitalização, presidida por Marcelo Farinha, no dia 22, tratou dos seguintes assuntos, entre outros:

Palavra do Presidente:

Deliberações:

■ A Diretoria aprovou a proposta de orçamento para 2020, que será levada para AGO, que ocorrerá em 29/11/19.

Conhecimento:

■ **Marco Regulatório** – atualização do andamento dos assuntos relacionados ao tema;

■ **Informado que a Assembleia Geral Ordinária ocorrerá em 29/11, com a seguinte pauta:**

- Aprovação do orçamento para 2020;
- Substituição de membro do Conselho Fiscal;
- Alteração do Estatuto.

■ CRSNSP: a Diretoria tomou conhecimento dos votos e decisões das sessões 257, 258, 259 e 260 do Conselho de Recurso;

■ Foi apresentada a receita e despesas da Federação de janeiro a outubro de 2019;

■ Apresentados os dados estatísticos do mercado de capitalização de janeiro a setembro de 2019;

■ A Diretoria tomou conhecimento do andamento dos seguintes assuntos: PLS 329/2018; Consultas Públicas Susep nº 09, 10 e 11; Filantropia Premiável;

■ Dado conhecimento das atas aprovadas sobre Comissões Técnicas da FenaCap.

Assembleia Geral Ordinária

Em 29/11, a FenaCap realizou a Assembleia Geral Ordinária para deliberar sobre a aprovação do orçamento da FenaCap para o exercício de 2020; alteração do art. 26 do Estatuto Social que trata da composição dos membros do Conselho Fiscal; substituição do membro do Conselho Fiscal e assuntos gerais.

Comissões

Produtos, Atuarial e de Tecnologia

Presidente: Natanael Castro (SulAmérica)

Videoconferência: RJ/SP/RS

Data: 13/11

Assuntos tratados:

- > Direito Creditório para Capitalização;
- > Debate da Carta do Ibirapuera – Agenda 2020/2023;
- > Relato da Comissão de Processos e Tecnologia da Informação da CNseg.

Comunicação

Presidente: Roberta Andrioli (Brasilcap)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 14/11

Assuntos tratados:

- > Proposta de campanha institucional;
- > Apresentação dos trabalhos realizados pela Link e pela BTG;
- > Planejamento dos assuntos a serem discutidos em 2020;
- > Relato da Comissão de Comunicação e Marketing da CNseg.

Administração e Finanças

Presidente: Getúlio Antonio Guidini

(Bradesco Capitalização)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 29/11

Assuntos tratados:

- > Relatos das Comissões Temática da CNseg;
- > Manual de contabilidade;
- > Proposta de atuação da Comissão para 2020;
- > Balanço Prudencial em Capitalização.

Diretoria FenaSaúde

A reunião da Diretoria da Federação Nacional de Saúde Suplementar, presidida por João Alceu Amoroso Lima, no dia 13, tratou dos seguintes assuntos, entre outros:

■ Substituição de representante da Amil/UHG na Diretoria;

■ Planejamento e orçamento 2020;

■ Mudanças Marco Legal/Pilares – status;

■ 5º Fórum FenaSaúde;

■ Workshops com a ANS:

- DIOPE
- DIDES

■ Execução orçamentária;

■ Atualização das Comissões.

Comissões

Odontológica

Presidente: José Maria Benozatti (OdontoPrev)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 01/11

Assuntos tratados:

- > Correlação TUSS/ROL;
- > Radiografias e fotografias odontológicas;
- > Obrigatoriedade do CNES;
- > Lei Estadual dispendo sobre negativas de cobertura.

Ética

Presidente: Erika Fuga (SulAmérica)

Presencial: SP

Data: 06/11

Assunto tratado:

- > Temas apresentados pelas associadas em relação aos principais procedimentos auditados pelas operadoras.

GT ROL

Coordenadora: Vera Sampaio (FenaSaúde)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 06/11

Assuntos tratados:

- > Atualização do Rol 2021;
- > Reuniões Técnicas da ANS para o Rol 2021;
- > Calendário de reuniões do GT Rol FenaSaúde.

Assuntos Assistenciais

Presidente: Thaís Jorge Silva (Bradesco Saúde)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 07/11

Assuntos tratados:

- > Assuntos Extra Rol;
- > Recurso especial;
- > Projetos de Lei;
- > Câmara Técnica da CBHPM.

Contábil

Presidente: Haydewaldo Chamberlain (Bradesco)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 11/11

Assuntos tratados:

- > Parecer sobre aporte financeiro – planos coletivos;
- > Publicação das demonstrações financeiras;
- > Workshop ocorrido em 16/10/19;
- > Reunião de dezembro de 2019;
- > Alteração no plano de contas ANS e Manual de Escrituração Contábil.

Jurídica

Presidente: Carlos Ernesto Henningsen (Vision Med)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 14/11

Assuntos tratados:

- > Novo modelo de contratação de escritórios de advocacia;
- > Cobertura de Procedimentos Extra Rol;
- > ACP PROCON/RJ;
- > Reajuste por faixa etária em planos coletivos;
- > Novo modelo de contratação;

- > Cobertura para tratamentos para autismo;
- > Fertilização in vitro.

GT COPISS

Coordenador: Jansen N. Pereira (FenaSaúde)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 18/11

Assuntos tratados:

- > Melhoria Padrão TISS;
- > GT Conteúdo e Estrutura.

Comunicação

Presidente: Ranny Alonso (Amil)

Videoconferência: RJ/SP

Data: 27/11

Assuntos tratados:

- > Apresentação resultados das ações de Comunicação para o 5º Fórum FenaSaúde;
- > Iniciou discussões sobre o 4º Encontro de Comunicação da Saúde Suplementar (datas sugeridas 29/04/2020 ou 06/05/2020);
- > Aprovação calendário de reuniões da Comissão em 2020;
- > Aprovação estratégias da Comissão para 2020.

Participação da FenaSaúde em eventos

CNseg: 13º Insurance Service Meeting & 4º Encontro de Inteligência de Mercado

Tema: Uso da tecnologia no Estudo das doenças e na busca pelas suas curas.

Moderador: Sandro Leal Alves

Realizado: 07/11/19 – São Paulo – SP

Folha de S. Paulo: Seminário Saúde Suplementar

Tema: "Mudanças na legislação"

Palestrante: Vera Valente

Realizado: 26/11/19 - São Paulo - SP

Notícias

As ameaças e as oportunidades da revolução tecnológica para o setor segurador em debate



O 13º Insurance Service Meeting e o 4º Encontro de Inteligência de Mercado, realizados pela CNseg, em 6 e 7 de novembro, em São Paulo, contaram, na mesa de abertura, com a participação do presidente da CNseg, Marcio Coriolano, do presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Leandro Fonseca, e do presidente da Comissão de Processos e Tecnologia da Informação da CNseg, Camilo Ciuffatelli.

Para Coriolano, a revolução tecnológica já é uma realidade no mercado segurador. “Há pouco tempo, achávamos que uma nova revolução tecnológica no nosso mercado era apenas um conceito. Entretanto, a prática recorrente de inovação de instrumentos como a digitalização, a inteligência artificial e ferramentas poderosas de análise de dados já é uma realidade e, cada vez mais, sabemos que os empresários que souberem se apropriar ou, pelo menos, adaptar-se a essa revolução tecnológica, terão melhores condições competitivas. Ou de sobrevivência.”

Segundo Coriolano, em qualquer movimento inovador, seja disruptivo ou progressivo, há o “caldo verdadeiro e a espuma”. Como experiente gestor de seguros, disse sentir-se na obrigação de chamar a atenção das seguradoras associadas para as propostas e soluções que se encaixem nas necessidades de cada uma delas, citando produtos e serviços apresentados no vídeo exibido sobre o novo portal da área de Serviços e Soluções da Confederação.

Clique aqui e confira!

“Estamos vivendo hoje oportunidades e ameaças de propostas em, pelo menos, três direções”, afirmou. A primeira direção, citou, são os incrementos tecnológicos, que chamou de “eliminação de cotovelos”, com o objetivo de encurtar processos. “Cabe escolher os melhores”, enfatizou.

A segunda oportunidade ou ameaça relaciona-se às inovações que agregam novos negócios e que precisam de escala, de volume e de competências específicas do negócio. São aquelas que necessitam de capital e sinergia, que apenas uma parceria com incumbentes – as estabelecidas – podem levar a efeito.

A terceira, citou, são as que podem mesmo ameaçar o “status quo” do negócio. Aquelas que estão implicando ou poderão implicar em um negócio que amplie a base de penetração dos seguros. Um produto ou serviço que poupe capital e, ao mesmo tempo, tenha viabilidade em escala ampliada.

Todas essas três vertentes merecem atenção, segundo ele. “Mas, intuo que não é nada fácil para as seguradoras e investidores navegarem no mercado de 'insurtech' e terem uma avaliação precisa sobre qual das três direções oferecem mais perspectivas e factibilidade”, afirmou.

De um lado e do outro – das seguradoras e dos fornecedores de soluções –, os melhores resultados serão vencedores. De acordo com Coriolano, é preciso muito preparo para a escolha. Talvez, em algum momento, seja necessário um cardápio de critérios que ajude a identificar em qual vertente as insurtechs que disputam o mercado se situam. “Afim, estamos saindo, mundialmente, da fase da prova de conceito da nova revolução tecnológica dos seguros para a fase da prova de viabilidade”, finalizou.

A cobertura completa dos dois dias de evento está disponível no portal da CNseg. **Clique aqui** e confira!

**“Gestão da Inovação e Inovação Estratégica”:
novo livreto lançado durante o 13º Insurance
Service Meeting e o 4º Encontro de
Inteligência de Mercado**

A Confederação Nacional das Seguradoras lançou, em 6 de novembro, o livreto “Gestão da Inovação e Inovação Estratégica”. O título que integra o Programa de Educação em Seguros tem o objetivo de apresentar alguns passos para a criação e disseminação de uma cultura de inovação nas empresas, definindo as competências necessárias.



Ele também apresenta tendências ferramentais, que podem guiar as atividades de seguros pelos próximos anos, bem como Inteligência Artificial (IA), blockchain, Open Insurance e telemetria, além de abordar o Prêmio Antonio Carlos de Inovação em Seguros, realizado pela CNseg. A redação ficou a cargo de Luis Rasquilha, com revisão e pesquisa adicional de Luciane Degraf. O lançamento foi feito pela diretora da CNseg, Solange Beatriz.



Clique aqui e confira a íntegra da publicação.

**Desafios jurídicos do setor de seguros
são tema de seminário no STJ**

Autoridades do Poder Judiciário, especialistas e representantes do setor segurador reuniram-se em 20 de novembro, em Brasília, para o 2º Seminário Jurídico de Seguros, promovido pelo Instituto Justiça e Cidadania e pelo Superior Tribunal de Justiça, com apoio da CNseg.

A abertura do encontro contou com a participação do presidente da CNseg, Marcio Coriolano; do diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), o ministro do STJ Herman Benjamin; do presidente do STJ, o ministro João Otávio de Noronha; do corregedor Nacional de Justiça, o ministro do STJ Humberto Martins; do coordenador acadêmico do seminário, o ministro do STJ Paulo Dias de Moura Ribeiro; e do presidente do Instituto Justiça e Cidadania, Tiago Salles.

Os expositores pontuaram a relevância do seminário, com vistas a aprimorar os conhecimentos acerca da matéria, como também a importância do setor de seguro, que representa hoje 6,5% do PIB, para o desenvolvimento econômico.

O presidente do STJ, ministro João Otávio de Noronha, frisou que características do seguro, como a transferência de risco e a mutualidade, são fundamentais para o sucesso do empreendimento.

“O seguro depende muito, para que ele possa se tornar viável, de regras claras e definidas, quer pelo



legislador, quer pelo Poder Judiciário. A interpretação da lei, com a fixação de pautas de comportamento, e a definição de regras a serem observadas nessas relações jurídicas é de fundamental importância para o desenvolvimento do setor, que muito emprega e muito contribui tributariamente e constitui vetor de desenvolvimento”, afirmou Noronha.

O ministro Humberto Martins destacou a importância da realização do seminário em um momento, do Brasil e do mundo, “em que as atividades econômicas estão cada vez mais amparadas por seguros, que garantem os negócios e as pessoas envolvidas”. Segundo Martins, os debates travados envolverão diversos aspectos da área securitária e “deverão contribuir para dar mais competitividade e segurança jurídica às partes envolvidas”, declarou.

Para o ministro Herman Benjamin, o crescimento do setor de seguros está associado à confiança da >



> sociedade e do consumidor. “Nós precisamos que o seguro cresça e, para tanto, ele próprio deve ser seguro”, disse. “O consumidor precisa ver com segurança o contrato de seguro. Nesse sentido, a imagem do setor é absolutamente essencial e também a própria robustez do sistema jurídico que envolve essa atividade”, argumentou.

Em sua fala, Moura Ribeiro destacou a contribuição dos especialistas e técnicos para os debates do 2º Seminário, frisando que o sucesso do evento se dá “em razão das pessoas que estão aqui presentes”. “Nós precisamos ouvir os técnicos, para que nos tragam uma outra visão, a qual possamos aplicar no nosso mundo jurídico”, sugeriu.

Marcio Coriolano, presidente da CNseg, pontuou aspectos do setor segurador brasileiro e sua penetração no mercado nacional. Em uma economia de rendas médias, como a brasileira, em que 67% da população recebe até um salário mínimo, “a segurança jurídica torna-se ainda mais importante, entre outros atributos, para poder permitir que camadas da população

de renda mais baixa tenham confiança redobrada no seguro”, afirmou Coriolano.

O presidente da CNseg informou ainda que, em 2018, o setor segurador pagou 296,5 bilhões de reais em indenizações, benefícios, resgates e sorteios. Segundo Coriolano, com o seminário, o setor segurador tem a expectativa de promover “a redução das assimetrias e informações entre o poder judiciário e os agentes do setor”.

Tiago Salles, presidente do Instituto Justiça e Cidadania, agradeceu a todos os presentes e afirmou que o seminário se insere no escopo de atuação da organização, braço social da revista Justiça e Cidadania. “Buscamos aproximar a sociedade civil do Poder Judiciário, trazer informações e discussões, para que a magistratura tenha conhecimento dos gargalos da sociedade”, declarou.

O ministro Paulo Dias de Moura Ribeiro fez uma pequena síntese do seminário, destacando algumas questões de cunho social que foram levantadas durante todo o dia e dizendo que as portas do STJ estão abertas para o debate: “nós queremos acertar”. Ele também fez questão de mencionar a importância do **Glossário do Seguro** elaborado pela Confederação, disponível no portal.

“Só no Judiciário a gente tem essa vivência, esse sentido de tentar fazer justiça”, afirmou o ministro.

Confira a cobertura completa do Seminário no portal da CNseg.

Diversidade e Inclusão no Setor de Seguros é o tema do Calendário 2020 da CNseg

A CNseg lançou seu Calendário 2020, que tem a Diversidade e a Inclusão no Setor de Seguros como tema dessa edição. Enfatizando as datas relacionadas a eventos históricos marcantes na trajetória da sociedade contemporânea, o Calendário 2020 da CNseg busca celebrar o rico mosaico humano que compõe a aldeia global.

Promover a diversidade e a inclusão no setor de seguros é uma das prioridades da CNseg, acreditando que isso contribui para a proteção de uma sociedade igualmente diversa. Por essa razão, em 2019, a entidade escolheu o dia 25 de setembro como o Dia da Diversidade e Inclusão no Setor de Seguros, no contexto do festival global Dive-In.



Clique aqui para conhecer o Calendário.

ARTIGO: "O lugar que os seguros merecem na sociedade brasileira"



Marcio Serôa de Araujo Coriolano

é economista e presidente da CNseg, a Confederação Nacional das Seguradoras

Esse é o artigo do presidente da CNseg, publicado no blog do Fausto Macedo.

"O bem-estar é o bônus daqueles que, previdentes na juventude, reservaram parte de seus ganhos para construir um quadro de estabilidade e previsibilidade na velhice, com o auxílio de um setor que cresce de forma progressiva na economia mundial: o de seguros. Sua grandiosidade se mostra em números: representa 9,6% do PIB na Grã-Bretanha; 8,9% na França; 8,6% no Japão e 7,1% nos Estados Unidos. No Brasil, esse sonho de prevenção a riscos começa a ser despertado com mais ênfase na população, após o longo processo de estabilidade inflacionária, queda da taxa de juros e, agora, com a mudança gradativa do papel do Estado, por meio das reformas em curso.

Atualmente, a receita anual de prêmios do setor representa cerca de 6,5% do PIB nacional. Nosso setor soma R\$ 1,3 trilhão em ativos financeiros no País. Além de garantir o bem-estar de empresas e pessoas físicas seguradas, oferece forte contribuição para a poupança nacional e se tornou um dos maiores investidores institucionais do País. O setor é responsável por parte significativa da rolagem da dívida pública (25%) e tem potencializado o financiamento da atividade empresarial, garantindo o funcionamento da economia, mesmo em períodos de baixo crescimento.

A história dos seguros ao longo do processo civilizatório mostra que o setor sempre esteve ligado aos maiores ciclos de desenvolvimento. O Código de Hamurabi, considerado o primeiro marco legal da humanidade, dava força legal a uma atividade financeira que funcionava como uma espécie de "seguro" para as caravanas. Depois, no período das grandes navegações, a Coroa Portuguesa passou a exigir que os navios com mais de cinquenta toneladas contratassem um mútuo

quando sua rota incluía as perigosas águas do oceano Atlântico para evitar que algum imprevisto colocasse em risco a saúde financeira dos armadores, uma das forças da economia de então.

No Brasil, companhias estrangeiras, sobretudo as inglesas e americanas, logo foram atraídas pelo ciclo de industrialização. Mas, como um exemplo histórico a ser evitado, parte dessas companhias deixou o País após a onda de nacionalismo pós-Proclamação da República aprovar uma legislação intervencionista. O episódio histórico nos deixa como lição o perigo da mão pesada do Estado, que afasta a livre iniciativa e os negócios.

As mudanças em curso, com a reorganização do papel do Estado, abrem espaço para que as seguradoras ofereçam produtos que aliviam a necessidade da presença do Poder Público no dia a dia do cidadão. As companhias estrangeiras voltaram ao País com força e, junto com as empresas nacionais, as fintechs (bancos digitais) e as insurtechs (startups do mercado de seguros), estimulam uma crescente competição entre gestores, que só traz benefícios aos clientes.

Além de oferecer uma variedade crescente de produtos, as seguradoras estão fazendo a lição de casa: reduziram processos, implantaram novos parques tecnológicos, reviram políticas de tarifas e se adequaram à moderna cultura de compliance e de eficiência. A Reforma da Previdência já está estimulando a nova percepção da população de que caberá a cada um a responsabilidade pela sua poupança de longo prazo. As operadoras de previdência privada deram respostas rápidas e estão oferecendo fundos mais agressivos, com redução de taxas de juros e do valor do tíquete de entrada.

Porém, para manter o novo ciclo virtuoso, o setor necessita da modernização do ambiente de negócios, com um conjunto de novas leis e decisões do Poder Executivo. Um processo de desregulamentação será muito bem-vindo para permitir oferecer à população produtos mais flexíveis. Os limites de capital e provisões técnicas precisam ser revistos para estimular a entrada de novos atores nesse mercado.

Torna-se urgente disciplina da incorporação de novas tecnologias em saúde e a revisão da regra de reajustes de mensalidades dos planos individuais, e ainda a regulação do setor de órteses, próteses e materiais >

>médicos, que necessita parâmetros claros, transparência e controle social para coibir práticas irregulares. Também pende de conclusão o seguro de vida universal, produto que acopla acumulação e capitalização de poupança à cobertura de risco de morte por causas naturais ou acidentais.

Outro produto objeto de projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional é o seguro obrigatório para obras públicas acima de R\$ 100 milhões, previsto na nova Lei de Licitações. Já a transferência ao mercado daqueles seguros que ainda estão nas mãos do governo – incluídos os de riscos não-programados, como auxílio-doença, acidente de trabalho e licença-maternidade

– também poderia criar concorrência na gestão dos benefícios, com melhores taxas para as empresas contratantes e garantia para os trabalhadores.

A virada estratégica do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), após sua privatização, com o sucesso alcançado na B3, reconhecimento do alto grau de governança corporativa e capital pulverizado, mostra quão assertiva é a decisão de permitir que o mercado use todo o seu potencial para oferecer soluções que ajudem o País a se modernizar.

São esses avanços já alcançados, e também aqueles ainda a serem conquistados, que estão na agenda de eventos realizados pelo setor segurador."

Conjuntura CNseg: pelo terceiro mês consecutivo, setor segurador cresce dois dígitos em 2019

De janeiro a setembro, o setor segurador apresentou um bom resultado e repetiu a alta de dois dígitos pelo terceiro mês consecutivo. Com um crescimento de 12,3%, o setor atingiu uma marca histórica, segundo o presidente da Confederação Nacional das Seguradoras, Marcio Coriolano, em editorial da Conjuntura CNseg nº 13.



Na comparação de setembro sobre o mês do ano passado, a evolução de prêmios foi ainda maior: 18,6%. Os prêmios do setor apresentaram em valores, R\$196 bilhões nos nove primeiros meses do ano (sem saúde e DPVAT). Ao total dos 12 meses encerrados em setembro, a expansão foi de 8,9%, bem próximo da projeção otimista elaborada pela CNseg.

A expansão do setor só não foi maior porque o segmento de danos e responsabilidades manteve a taxa de crescimento mais reduzida. Os planos de risco avançaram 15,6% (R\$32,2bi), ao passo que os planos de acumulação (VGBL e PGBL). A partir desses resultados, é possível comprovar a relação direta com o desempenho fraco das vendas do seguro automóvel, a principal carteira do segmento de danos e responsabilidades. [Clique aqui](#) e confira a Conjuntura completa.

Representantes da CNseg e da Associação Procons Brasil iniciam os preparativos para o 8º Colóquio de Proteção do Consumidor de Seguros

Representantes da CNseg e da Associação Procons Brasil realizaram em 12 de novembro, na sede da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor da Bahia, em Salvador, uma reunião preparatória para o 8º Colóquio de Proteção do Consumidor de Seguros, previsto para acontecer na Região Nordeste, em fevereiro de 2020.

Assim como o ocorrido nas edições anteriores, a pauta desta 8ª edição deverá abordar os produtos de seguro com maior número de demandas nos Estados do Nordeste, apontados pelos Procons, além de outros temas de interesse das entidades.



Presentes na reunião, identificados na imagem acima, da esquerda para a direita, a gerente Jurídica do Procon Pernambuco, Maria Danyelle Sena Falcão de Melo; a superintendente da Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor da Paraíba e diretora da Associação Procons Brasil para a região Nordeste,>

>Késsia Lílina Dantas Bezerra Cavalcanti; o superintendente de Proteção e Defesa do Consumidor da Bahia e presidente da Associação Procons Brasil, Filipe Vieira; o consultor, advogado e professor de Direito do Consumidor Ricardo Morishita Wada; o analista da CNseg Henrique Silveira Nogueira e o superintendente de Relações de Consumo e Sustentabilidade da CNseg, Pedro Pinheiro.

Os Colóquios de Proteção do Consumidor de Seguros foram idealizados no âmbito das Comissões de Relações de Consumo e Ouvidoria da CNseg, e têm sido realizados em parceria com a Associação ProconsBrasil, visando ao aprimoramento dos canais de diálogo com as entidades de proteção do consumidor.

Governo Federal quer o fim do Seguro DPVAT

Em 11 de novembro, foi publicada, no Diário Oficial da União, a Medida Provisória nº 904/2019, que extingue o Seguro DPVAT a partir de 2020. Confira abaixo a nota divulgada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), em 12 de novembro sobre o assunto.

GOVERNO EDITA MEDIDA PROVISÓRIA QUE EXTINGUE DPVAT A PARTIR DE 2020

Existência do seguro obrigatório vinha sendo questionada por órgãos de controle Modelo apresentou fraudes sistêmicas

Questionada pelo Ministério da Economia sobre fraudes, problemas com órgãos de controle e alto índice de reclamações em relação ao Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), a Superintendência de Seguros Privados (Susep) apresentou dados que apontam a baixa eficiência do seguro DPVAT.

Os números mostram que o volume de reclamações do DPVAT é um dos maiores do mercado, sendo a empresa administradora do seguro a segunda colocada no ranking de reclamações da Susep.

Além disso, em 2015, a Polícia Federal deflagrou a Operação Tempo de Despertar com o objetivo de

descontinuar fraudes nas esferas administrativa e judicial relativas ao pagamento do DPVAT. Em decorrência da operação, foram executados mandados de prisão temporária, conduções coercitivas, busca, apreensão, sequestro de bens e afastamento de cargo público. Atualmente, o DPVAT é alvo de processos movidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e milhares de ações judiciais.

Outro ponto a destacar é o consumo de recursos públicos pelo atual modelo DPVAT. Além de forte atenção dos órgãos de controle, a fiscalização da Seguradora Líder consome em torno de 19% dos recursos de fiscalização da Susep, enquanto a operação representa apenas 1,9% do volume de receitas do mercado supervisionado.

Diante dos fatos, o Ministério da Economia decidiu propor à Presidência da República a extinção do DPVAT. A decisão está em linha com a Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019), que estabelece garantias de livre mercado e de livre escolha à população.

Dessa forma, com o desenvolvimento do setor de seguros e com as medidas que vêm sendo implementadas pela Susep, espera-se que o próprio mercado ofereça coberturas adequadas para proteção dos proprietários de veículos, passageiros e pedestres, tal como seguros facultativos de responsabilidade civil e acidentes pessoais.

Hoje, cerca de 30% da frota circulante de veículos no Brasil já conta com essas e outras coberturas. A proteção social, para a camada da população de renda mais baixa, permanece atendida pela rede de seguridade, com instrumentos como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) nos casos de invalidez em pessoas de baixa renda. É importante lembrar que a justiça pode sempre estabelecer uma indenização em casos de danos causados a terceiros.

Por fim, também foi proposta a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas (DPEM), que, na prática, não funcionava há alguns anos, uma vez que não há oferta do produto no mercado.

Clique aqui para ler a íntegra da MP 904/2019

Susep anuncia desregulamentação dos corretores de seguros



A Superintendência de Seguros Privados anunciou, em 11 de novembro, por meio de Medida Provisória expedida pelo Governo Federal, que deixará de regular a categoria dos corretores de seguros.

SUSEP DESREGULAMENTA CORRETORES DE SEGUROS

Autarquia abre espaço para a autorregulação da categoria

Com o objetivo de gerar mais eficiência à gestão pública e concentrar esforços em atividades que demandem regulação específica, a Superintendência de Seguros Privados (Susep), por meio de Medida Provisória expedida pela Presidência da República, deixa de regular a categoria de corretores de seguros.

A iniciativa vem com o entendimento que a categoria está madura para atuar em um ambiente mais flexível, sem a presença do regulador, assim como acontece em diversos outros setores da economia. A autorregulação trará mais eficiência e mais liberdade ao setor de seguros.

Os corretores de seguros não estão mais sujeitos à habilitação e ao cadastramento, antes realizados pela Susep, o que representa menos custos para as duas partes.

Nos últimos anos, com a limitação nos gastos públicos e cortes orçamentários frequentes, a Susep tem buscado aumentar a sua eficiência regulatória. A autorregulação dos corretores aparece como uma opção viável dentro deste processo.

Hoje, os corretores representam cerca de cem mil registros, entre pessoas físicas e jurídicas. Entende-se que o desenvolvimento do setor será mais promissor se for permitido que a própria categoria se organize em torno da atividade de autorregulação, estabelecendo procedimentos próprios.

A autorregulação é um pleito antigo da categoria de corretores e a medida trará benefícios aos próprios profissionais e ao mercado de forma geral, beneficiando, em última instância, os consumidores de seguros.

Clique aqui para ler a íntegra da MP 905/2019